



É GOLPE!

Temer quer acabar com abono de permanência

Página 3

ARTIGO

A PEC 241 e o papel do Estado brasileiro

Página 4



Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso

ANO IX - Nº 105

Cuiabá - Setembro de 2016

# O COMPROMISSO

Acesse: [www.sindsepm.org.br](http://www.sindsepm.org.br)



ESTÃO ROUBANDO NOSSOS DIREITOS

## Enquanto Senado aplicava golpe, Câmara aprova o PLP 257/2016

As atenções estavam todas voltadas para o Senado. Enquanto isso a Câmara Federal aprova projeto que retira direitos dos trabalhadores

**E**nquanto de um lado do Congresso Nacional se consolidava o golpe contra a democracia, derrubando a presidente Dilma Rousseff, do outro se revelava mais um retrocesso contra a classe trabalhadora. Pareceu mais uma ação coordenada entre deputados e senadores para sepultar de vez a esperança dos servidores públicos. Enquanto 60 senadores se revezavam em intermináveis discursos para justificar o injustificável afastamento de uma presidente eleita pelo povo, a Câmara dos Deputados aprovou, após muita resistência, o polêmico PLP 257/2016 que prevê o alongamento das dívidas dos estados com a União mas impõe condicionantes como o congelamento a investimentos no setor público provocando um efeito devastador sobre os servidores das três esferas de governo.

As contrapartidas da renegociação têm forte impacto negativo diretamente sobre o funcionalismo e sobre a presta-

ção de serviços públicos destinados a garantir direitos sociais como a saúde e educação. O projeto agora segue para análise do Senado.

Não é só essa ameaça que ronda a classe trabalhadora. Há no Congresso Nacional dezenas de projetos que pretendem limitar ou mesmo extinguir direitos adquiridos, entregar patrimônios nacionais a iniciativa privada, além de perpetuar a prática de congelamento em investimentos públicos por pelo menos duas décadas. Os desafios tendem a se intensificar na medida em que avançam as forças conservadoras que tomaram de aceito o governo e prometem impor à sociedade um programa de retrocessos graves. Algumas dessas ameaças não são novas aos trabalhadores. O PLP 257/16, por exemplo, resgata conteúdo de projetos como o PLP 01/07 e o PLP 549/09 que prevêem mecanismos semelhantes que buscam limitar investimentos com pessoal ao valor do ano anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de

Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Na prática, trata-se do congelamento de investimentos com pessoal o que interfere diretamente nos serviços públicos a que a população tem direito. Tal mecanismo não seria suficiente sequer para garantir o crescimento vegetativo natural das despesas da União com pessoal que, vale lembrar, há anos seguem em rígido controle dentro das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Para impedir as ameaças que rodam o setor público, a mobilização e pressão dos servidores junto aos parlamentares tem que continuar. A construção de uma greve geral em torno dessa resistência, contra ataques a direitos, inclusive, não está descartada. Além do PLP 257/16 há ainda outras ameaças como é o caso da PEC 241/16 que quer impor um teto de despesas para a União e mesmo antes de votado consta do relatório final da proposta de Lei Orçamentária Anual (LDO) para 2017. Algumas dessas propostas já são consideradas por especialistas como

o maior retrocesso dos últimos tempos. O dinheiro economizado seria canalizado para pagamento da dívida pública. É preciso começar a indagar o Estado sobre a origem dessa dívida e as razões que levam a população a ter que arcar com o pagamento de juros e dividendos que todo ano consomem quase a metade do orçamento total da União.

**Setor público precisa de investimentos** – Precisamos estar atentos aos discursos que tentam transferir para os servidores e os serviços públicos as responsabilidades por desequilíbrios que nada tem a ver com o setor. Não podemos permitir que a sociedade encare o servidor como vilão de um cenário onde o que falta é investimento para garantir serviços de qualidade. Hoje, o país conta com o mesmo número de servidores públicos que contava há vinte anos. Enquanto isso, a população cresceu junto com as necessidades de aprimoramento dos serviços públicos. (com Condsef)

### ATENÇÃO FILIADOS

## Dia 30 tem eleição para escolha da diretoria para o triênio 2017/2019

**O** Sindsep-MT realiza no dia 30 de setembro, eleição da diretoria para o triênio 2017/2019. Criada em 22/02/1990 a entidade terá eleita a sua 12ª diretoria. A assembleia geral extraordinária para eleger a Comissão Eleitoral responsável pelo pleito foi realizada no dia 16/08 com a presença de 118 filiados e apenas uma abstenção foi registrada. Foram eleitos (na foto maior da esq. para a dir.) Brás dos Passos Velozo, Lauro Benedito, como representante da CUT-MT, Marizar Mansilha de Melo, representando a Condsef, João Roque Ribeiro, Ivete Vicentina de Amorim, Neusa Divina de Jesus, Paulo Félix de Castro, Raul Dias de Moura (presidente da Comissão), José Ferreira de Figueiredo e Idio Nemésio de Barros.

Até o fechamento desta edição ainda não havia chapas inscritas e os locais de votação serão anunciados no site do sindicato. Já estão disponíveis através de um link no canto superior direito, o Estatuto do Sindsep, Atas e Editais sobre a eleição, que já podem ser acessadas: [www.sindsepm.org.br](http://www.sindsepm.org.br)





OPINIÃO

EM DIA DE LUTO, SENADO ENTERRA A DEMOCRACIA E DÁ GOLPE

Vagner Freitas \*

A presidenta Dilma foi definitivamente afastada pelo Senado Federal, apesar de não ter sido provado nenhum crime de responsabilidade. O golpe na democracia afetará profundamente a vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade e dos brasileiros e brasileiras que mais precisam da manutenção e ampliação dos direitos e das políticas públicas, tanto hoje quanto no futuro. Não se trata de uma simples troca de comando e, sim, da usurpação dos destinos do Brasil por uma parcela da classe política, do judiciário e da imprensa que quer o poder a qualquer preço.

O julgamento, todos viram, foi um desfile da hipocrisia e de covardia dos parlamentares pelos corredores e no plenário do Congresso Nacional. Como “juizes”, lá estavam muitos senadores que são réus e estão sendo processados pelo Supremo Tribunal Federal por corrupção e outros crimes. Sem o menor constrangimento, se sentiram no direito de julgar uma presidenta inocente, que não cometeu nenhum crime, não têm contas no exterior, nem foi acusada de corrupção e que foi eleita de forma legítima por mais de 54 milhões de brasileiros e brasileiras.

Os mentores da estratégia golpista, Eduardo Cunha, réu no STF e com contas milionárias no exterior, e Michel Temer, citado por delatores da Lava-Jato, saíram dos subterrâneos onde sempre atuaram e se uniram ao perdedor das eleições, Aécio Neves, para viabilizar o golpe. Agora, exibem descaradamente suas facetas conspiratórias e cínicas à luz do dia, protegidos pelos barões da mídia, latifundiários, executivos de empresas multinacionais, banqueiros e tantos outros oportunistas.

Os ataques aos direitos sociais e trabalhistas do governo golpista de Temer é a melhor demonstração de que os empresários, do Brasil e do exterior, financiaram o golpe e, agora, estão cobrando reformas trabalhista e previdenciária.

Isso significa redução ou extinção de direitos conquistados com muita luta, desde a CLT de 1943 até os programas sociais da Constituinte de 1988, que têm feito o Brasil, embora mais lentamente do que desejaríamos, deixar de ser um país de miseráveis, famintos, analfabetos, doentes, sem moradia e água tratada, sem emprego, sem atendimento odontológico e médico.

Todas as propostas divulgadas até agora pelos golpistas são contra os interesses da classe trabalhadora. A última delas, o corte de verbas para os progra-

mas de alfabetização, já foi anunciada oficialmente pelo governo ilegítimo. O congelamento de gastos públicos por 20 anos, atrelados somente à correção da inflação, vai deixar milhões de pessoas sem os já modestos, porém essenciais, serviços de saúde, educação, segurança e lazer hoje existentes. O ministro ilegítimo da Saúde já disse que o SUS, por exemplo, é excessivamente grande e, portanto, precisaria ser cortado, diminuído, desmontado. O da Educação já anunciou a redução ou extinção de programas como o Ciências Sem Fronteiras, entre outros.

Está nos planos dos golpistas também um ataque brutal às leis trabalhistas, à carteira de trabalho e a todos os direitos delas decorrentes, como 13º, férias remuneradas, horas extras, descanso semanal e outros. Outra proposta, o negociado sobre o legislado, abandona os trabalhadores e trabalhadoras à própria sorte, colocando-os para negociar os direitos contidos na CLT diretamente com os empresários, sem a proteção adequada e sem regras. A mira destruidora dos golpistas já foi apontada para acabar com a política de valorização do salário mínimo e também se volta contra aposentados e pensionistas, com anúncio de medidas como a redução de até 40% do valor dos benefícios, a desvinculação dos reajustes dos benefícios do salário mínimo e o aumento da idade mínima para 65 ou 70 anos.

O jogo contra o povo é bruto, cruel. Direitos recentemente conquistados,

como mecanismos de proteção à vida e à dignidade das mulheres, dos negros, dos indígenas, da população LGBT, são alvo de ataques e zombarias. Um exemplo disso são as cotas no ensino superior para os estudantes egressos das escolas públicas, tão essenciais na superação das desigualdades e falta de oportunidades seculares.

Com a injusta cassação da Dilma, golpistas ganham liberdade inédita para atacar o nosso futuro e o do país também. A CUT e os movimentos sociais vão lutar contra retrocessos.

A destruição da dignidade e o desprezo pelo povo e, em consequência, pelo Brasil, não se dará apenas internamente.

Diante do mundo, o governo ilegítimo já anuncia a venda da Petrobrás e de suas jazidas de petróleo do pré-sal e a privatização de estatais como o Banco do Brasil, a Caixa, os Correios e as empresas de energia. Os golpistas também querem a liberação da venda de terra para estrangeiros, comprometendo nossa produção de energia e o uso da água. Querem a liberação do espaço aéreo. Enfim, querem leiloar a nossa soberania nacional na bacia das almas.

As medidas são a resposta dos parlamentares e do golpista Temer e sua equipe aos financiadores do golpe, empresários que exigem medidas que garantam mais e mais lucros e menos direitos para os trabalhadores e as trabalhadoras.

A CUT, seus sindicatos filiados e os

movimentos sociais que conosco sempre estiveram fizeram tudo que estava ao nosso alcance para impedir esse golpe.

Não queríamos barrar o golpe simplesmente para defender a pessoa Dilma – cuja honestidade e seriedade já seriam suficientes para tanto – mas para impedir a onda conservadora que se agiganta ao redor, a perda de direitos, o retrocesso.

Com todas as dificuldades do seu governo, sabíamos que Dilma jamais apontaria suas baterias para levar o Brasil ao atraso. Ao contrário, assim como o presidente Lula, Dilma tudo fez para resguardar o país da crise internacional que castiga o mundo desde 2008.

De nossa parte, sempre apontamos aquilo que julgávamos errado, como o ajuste fiscal tão elogiado por aqueles que agora a levam ao cadafalso. Fizemos mobilizações, greves no setor público e privado, passeatas, reuniões, audiências e negociações para pressionar o governo a manter o rumo do desenvolvimento com a imprescindível luta por justiça social.

Hoje, neste dia de luto, daremos início a mais um ciclo de luta pela retomada da democracia. Para o mês de setembro, a CUT já marcou um Dia Nacional de Paralisação, um Esquenta Greve Geral contra a retirada de direitos, no dia 22.

Tudo faremos para organizar nossos filiados e os não filiados para combater o desemprego e impedir a retirada de direitos. Conosco estarão alguns companheiros e companheiras que nos orgulham pela mesma vocação democrática, a exemplo de artistas, intelectuais e juristas que também denunciaram o golpe, aqui e ao redor do mundo.

É um momento de profunda tristeza para nós. Tristeza que vai se espalhar até nos corações dos indiferentes, quando notarem, a despeito do silêncio da mídia, que o projeto dos golpistas é rasgar a Constituição de 1988. Mas a tristeza não nos fará abaixar a cabeça nem quebrar o espírito de luta da classe trabalhadora. Porque tudo o que conquistamos foi fruto da luta e da persistência.

Exerceremos resistência diária e aguerrida contra os inimigos da pátria. Não estamos sós, ocuparemos todos os espaços e, da mesma maneira que já fizemos antes, combateremos o arbítrio e a tirania, sempre em defesa da democracia, da participação popular, da distribuição de renda, justiça social e direitos da classe trabalhadora.

Até a vitória.

\* VAGNER FREITAS, PRESIDENTE NACIONAL DA CUT



No dia 16, trabalhadores de Mato Grosso participam de mais um dia nacional de mobilização com paralisação de atividades em defesa de direitos, empregos e para barrar retrocessos em conquistas trabalhistas e sociais. O ato ocorreu na Praça Ipiranga, em Cuiabá. Entre medidas já pré-anunciadas e defendidas pelo empresariado está a flexibilização de leis trabalhistas que inclui o aumento da carga horária, redução de férias e até do décimo terceiro. O Sindsep-MT reitera o apoio aos servidores públicos federais, que conforme temos divulgado aqui e agora confirmado pelo presidente Michel Temer, em sua posse, os direitos adquiridos estão seriamente ameaçados. A Luta continua!

Expediente

o compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poço. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT  
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: sindsepmt@gmail.com  
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT  
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br  
Edição eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA - PRESIDENTE - FUNASA; ROOSEVEL Motta - VICE-PRESIDENTE - INCRA; DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA - 1º SEC GERAL - CGU; BENEDITO MARINS DE ANDRADE - 2º SEC GERAL - MIN.SAÚDE; GILDÁSIO FERREIRA GOMES - 1º SEC DE FINANÇA - SRTE; LENITA DE FIGUEREDO - 2º SEC. DE FINANÇA - FUNASA; ENILDO GOMES - 1º SEC. DE ADM - FUNAI; FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO - 2º SEC. DE ADM. - INCRA; ZILMA APARECIDA GONÇALVES - 1º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - MIN.SAÚDE; JOSENICE AUXILIADORA TAVARES SIQUEIRA - 2º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD - MAPA; MARINÉZIO SOARES DE MAGALHÃES - 1º SEC. DE FORM. E POL. SIND - FAZENDA; LURDES FERNANDES ROSA - 2º SEC. DE FORM. E POL. SIND - FUNASA; BENEDITO ASSIS DA SILVA - 1º SEC. INTERIOR - SV/SICÁTERES; IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA - 2º SEC. INTERIOR - PRF; JOAO DAVID - 1º SEC. DE IMP. E COM. - MIN.SAÚDE; FRANCISCO LOPES FILHO - 2º SEC. DE IMP. E COM. - FUNASA; IZABEL SANTANA DA SILVA - 1º SEC. APÓS. E PENSION. - TRANSPORTE; ZELAIRDES RODRIGUES LEITE - 2º SEC. APÓS. E PENSION. - FUNAI; JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO - 1º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; ADÉLIO DA SILVA JÚNIOR - 2º SEC. SAÚDE DO TRAB. - MIN.SAÚDE; JOACIRA S. RODRIGUES DE ALMEIDA - 1º SEC. ANIST. E DEMITIDOS - CONAB; JACKSON FERREIRA DA SILVA - 2º SEC. ANIST. E DEMITIDOS - INCRA; ELIETE DOMINGOS DA COSTA - 1º SEC. DE CULTURA - SRTE; HERONILDES FRANCISCO VIEIRA - 2º SEC. DE CULTURA - 9º BEC  
SUPLENTE DE DIREÇÃO: MANOEL MARTINS - MIN.SAÚDE; JOSÉ MARIA DILVA E ARRUDA - MIN.SAÚDE; PEDRO PAULO LOPES - MIN.SAÚDE; CELSO ALFREDO SIMON - MIN.SAÚDE; ADERBAL CASTRO QUEIROZ - 9º BEC; NELSO FORTUNATO OJEDA - MAPA  
CONSELHO FISCAL/TITULAR: VERACY TIZZIANI - MIN.SAÚDE; IDIO NEMÉZIO DE BARROS NETO - FUNASA; ILCA MARIA PINTO - CONAB  
SUPLENTE DE CONSELHO FISCAL: GEOVANO SANTOS MOREIRA - MIN.SAÚDE; MOACIR MÓDULO - MIN.SAÚDE; BENEDITO MARTINS DE OLIVEIRA - MIN.SAÚDE



Foto: Mario Hashimoto



Servidores já pensam em aposentadoria caso o governo confirme o fim do abono de permanência

## COMEÇOU!

# Ajuste fiscal do governo Temer quer acabar com abono de permanência

O fim da paridade entre ativos e inativos também está na pauta. E vêm mais retrocessos.

**A**té 2020, segundo dados do Ministério do Planejamento, 37% dos funcionários públicos da ativa terão idade para aposentadoria, enquanto que outros 105 mil já poderiam ter reivindicado o benefício caso o abono de permanência acabar pois consta na proposta de ajuste fiscal. Servidores que estão atingindo os requisitos para deixar a ativa estão preocupados com a reforma da Previdência, que pode unificar os sistemas público e o privado.

Para o Planejamento, cerca de 232 mil funcionários que poderão ter direitos adquiridos se concentram nos ministérios da Saúde, da Fazenda e no INSS e o pensamento deles é de que é melhor garantir todos os benefícios, como o salário integral mesmo com a lei garantindo que, no caso do funcionalismo contratado até o início de 2013, a aposentadoria integral é irrevogável.

Com a extinção do abono de permanência, o governo quer economizar R\$ 7 bilhões até 2020, conforme previsto na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 139/15. Muitos dizem que a economia com o fim desse benefício será pequena diante do estrago no funcionamento da máquina pública, uma vez que os servidores que o recebem ocupam cargos estratégicos. Mas o governo não pensa assim e nem sabe dizer qual será o impacto financeiro se todos os servidores decidirem por migrar

para a folha dos inativos.

Pelos cálculos do Planejamento, a folha custou, no ano passado, R\$ 66,2 bilhões com aposentadorias e R\$ 37,3 bilhões com pensões. Até 2019, porém, a despesa com os servidores aumentará substancialmente, pois, com os reajustes combinados com o governo e aprovados pelo Congresso, os gastos terão incremento de pelo menos R\$ 100 bilhões.

O governo aposta na aprovação da PEC que limita o aumento de gastos à inflação do ano anterior, que colocará um importante freio nas despesas com o funcionalismo para garantir o pagamento. Uma das propostas é segurar os concursos públicos até quando for possível.

O projeto que está sendo finalizado pela Casa Civil e pelo Ministério da Fazenda, a ideia é acabar com a paridade de reajustes entre ativos e inativos. Hoje, quando uma determinada carreira tem aumento de salário e recebe benefício extra, aqueles que exerceram as mesmas funções mas já estão em casa também são beneficiados. Para o governo, isso é injusto.

Na avaliação do governo, os aposentados e pensionistas do setor público devem receber, no máximo, a correção da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), usado como referência nas negociações salariais de trabalhadores da iniciativa privada.

## Fim da paridade entre servidores gera polêmica

**A**ssim que tomou posse, o presidente Michel Temer, em seu pronunciamento, disse que tem intenção de acabar com a paridade de vencimentos entre os servidores e os aposentados - quando os reajustes concedidos aos ativos não precisam mais ser aplicados aos inativos e aos pensionistas - que passam a ter apenas a correção da inflação do período. Segundo a Condsef, por exemplo, a desvinculação das correções salariais poderá causar uma diferença de até 35% nos vencimentos.

É mais um ataque ao funcionalismo. Essa desvinculação já acontece com quem entrou no serviço público após 2003 (graças à Emenda Constitucional 41, que alterou as regras de apo-

sentadoria do funcionalismo). Agora, a União quer alterar um direito de funcionários anteriores a esse período, o que é questionável, disse Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef.

O governo quer é diminuir o peso de reajustes futuros sobre as aposentadorias e como justificativa cita que, com os aumentos oferecidos entre 2011 e 2015, o peso dos benefícios dos inativos aumentou de forma "descontrolada".

O ministro-chefe Eliseu Padilha já declarou que é "prioridade" a discussão da reforma da Previdência para a iniciativa privada ainda este ano e que pode incluir questões ligadas ao serviço público.



### Médicos lançam frente em defesa do Sistema Único de Saúde

O Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) lançou a Frente em Defesa do Sistema Único de Saúde. Segundo o diretor da entidade José Erivalder Guimarães, a iniciativa tem como objetivo garantir o direito assegurado pela Constituição à população de ter atendimento público de saúde de qualidade e integral. A frente também luta contra as propostas do governo de Michel Temer que reduzem os investimentos em saúde e cria a possibilidade de as empresas oferecerem planos de saúde a preços baixos.

"A proposta do plano de saúde popular significa a população pagar mais um pouco para ter um atendimento ruim e restrito. Quando o usuário necessitar de uma cirurgia, por exemplo, vai ter que ir para o SUS", afirma Guimarães.



"As propostas que estão vindo, como a PEC 241 e 257, vão limitar o concurso público e diminuir os investimentos na área da saúde, vai piorar o caos que já existe", denuncia o sindicalista. Segundo ele, se o SUS já não consegue atender a toda a população brasileira com os atuais investimentos, os cortes planejados pela gestão Temer levarão a resultados desastrosos. (com RBA)

### Bancos fecham 6.785 postos de trabalho no primeiro semestre

O desemprego no setor bancário atinge números alarmantes. De janeiro a junho de 2016, os bancos brasileiros fecharam 6.785 postos de trabalho no país. Os dados fazem parte da Pesquisa do Emprego Bancário (PEB), divulgada, pela Contraf-CUT, em parceria com o Dieese, com base nos números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho.

Somente cinco estados registraram saldo positivo no emprego bancário. São Paulo foi o estado onde ocorreram mais cortes (menos 3.715 postos), seguido pelo Rio de Janeiro (com corte de 1.086 postos). O Pará registrou crescimento no emprego bancário, com a criação de 77 postos de trabalho.

A análise por Setor de Atividade Econômica revela que os Bancos Múltiplos com Carteira Comercial, categoria que engloba grandes instituições como Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander fecharam 5.304 postos de trabalho. Somente a Caixa Econômica Federal foi responsável pelo corte de 1.469 postos de trabalho, em decorrência de um plano de incentivo à aposentadoria. (com assessoria)

### Regional do Sintep, Vale do São Lourenço, realiza pré-Congresso

A região Sul II, do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT), Vale do São Lourenço, realiza dias 26 e 27 de agosto, nas Thermas Hotel Marihá, em Juscimeira, a etapa regional para o XVI Congresso Estadual do Sintep-MT.

Na oportunidade serão eleitos 75 delegados, entre os quase 200 representantes municipais que participam do pré-Congresso. Os representantes dos dez municípios que integram a regional - Jaciara, Juscimeira, Poxoréu, Primavera do Leste, Campo Verde, Dom Aquino, Paranatinga, São Pedro da Cipa, Nova Brasilândia, Planalto da Serra - saem da etapa municipal para avaliar coletivamente as alterações feitas ao texto base das emendas constitutivas.

Vários são os temas incluídos no debate a partir do texto base, porém existem pontos específicos que se apresentaram polêmicos nas discussões municipais que serão socializados na regional. "Em Jaciara tivemos contradições sobre dois pontos: Transporte Escolar e necessidade de Formação", relata a presidente da subseção de Jaciara, também diretora regional, Doralice Vieira de Castro. (com assessoria)



ARTIGO

# A PEC 241 E O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO

Antônio Augusto de Queiroz \*

O governo de Michel Temer encaminhou ao Congresso uma Proposta de Emenda à Constituição – PEC 241/16, que, se aprovada, terá o condão de alterar o papel do Estado brasileiro. Ela determina que a expansão do gasto público não-financeiro nos próximos 20 anos não poderá ser superior à inflação.

Pouco se falou da gravidade dessa iniciativa, que terá consequências catastróficas sobre o futuro do País e do povo brasileiro. Apontamos a seguir algumas dessas possíveis consequências para ilustrar a gravidade dessa proposta, que atende integralmente aos interesses do mercado financeiro.

A primeira consequência será a limitação ou o direcionamento do papel do Estado apenas para garantir o direito de propriedade, assegurar o cumprimento de acordos e honrar os compromissos com os credores das dívidas interna e externa, já que não poderá mais criar novos programas nem ampliar investimentos.

A segunda será a retirada do controle do Poder Executivo, do Congresso

e da sociedade sobre o tamanho do orçamento, que ficará automaticamente engessado por 20 anos, independentemente de haver crescimento econômico ou aumento de arrecadação.

A terceira será o acirramento do conflito distributivo, com os diversos setores da sociedade lutando para ver quem perde menos com os cortes, considerando que a prioridade é economizar nas despesas de custeio e investimento para assegurar o pagamento dos encargos da dívida mobiliária.

A quarta será o desmonte do Estado enquanto instrumento de prestação de serviços, com uma forte reforma administrativa voltada à desvalorização dos servidores, com corte de direitos e de reajustes, além da proibição de novas contratações, mediante a vedação de novos concursos públicos nos próximos 20 anos.

A quinta será a inevitabilidade de uma reforma ou ajuste com viés fiscal na seguridade social e na educação, já que o congelamento não se sustenta sem um drástico corte de despesas na previdência e assistência social, na saúde e na educação.

Apenas a título de ilustração, se as regras da PEC 241 já estivessem em vigor desde 2003, início do primeiro mandato do presidente Lula, o salário mínimo, atualmente de R\$ 880,00 seria equivalente a R\$ 509,00. O gasto com saúde e educação seria a metade do que é hoje.

No caso da previdência e da assistência social, o maior programa de distribuição de renda do planeta, que é responsável pela paz social no Brasil, seu escopo teria sido reduzido drasticamente, não apenas para dificultar o acesso a esses benefícios, mas também para desvincular suas prestações do salário mínimo, especialmente os benefícios assistenciais, cujo valor seria próximo do pago aos beneficiários do Bolsa-Família.

Pode parecer terrorismo, mas a verdade é que o congelamento do gasto público obriga o corte de direitos dos atuais beneficiários para permitir o acesso a esses direitos de novas pessoas, afinal a população não para de crescer, as pessoas preenchem os requisitos para requerer aposentadoria, há demanda por mais saúde e educação e isso só será

possível se houver aumento da despesa ou redução dos benefícios de quem já vinha usufruindo desses benefícios.

O raciocínio é simples. Se há um valor fixo, que já está comprometido com uma despesa, o atendimento a novos beneficiários só será possível se o valor que atende aos atuais for reduzido. Na previdência, por exemplo, existe uma regra de reajuste que só continuará a ser aplicada se não houver nenhuma nova aposentadoria. Como novas aposentadorias surgirão, ou se aumenta o valor (o que a PEC proíbe) ou se suprime o reajuste. A última hipótese, combinada com o corte de direitos, é que será colocada em prática, segundo a visão do governo.

O governo fez uma opção política de não aumentar tributo dos mais ricos e economizar em cima dos mais pobres. Com a PEC 241, a prioridade é o pagamento da dívida, já que essa não está sujeita a nenhum tipo de congelamento. É simples assim.

\* ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ, JORNALISTA, ANALISTA POLÍTICO E DIRETOR DE DOCUMENTAÇÃO DO DIAP.



NOME	DIA
ADELFA PINTO CRUZ	29
ADELINO RAMAO DA SILVA	01
ADEMIR CEBALHO DE PAULA	20
ALAIDE BATISTA REGO	12
ALBERTINA DA SILVA RAMOS	18
ALCEBIANES DA COSTA	03
ALEXANDRE GOMES DE MATOS	09
ALINOR PAES DE BARROS	19
ANASTACIO RODRIGUES CUNHA	20
ANTONIO CARLOS BORGES PACHECO	24
ANTONIO FRANCISCO FERREIRA	28
APARECIDO MANOEL DA SILVA	17
ARISTIDES DAMIAO DA COSTA	17
ATILIA APARECIDA DE OLIVEIRA RAMOS	21
BENEDITO MODESTO FELISBINO	07
BENILCE CARVALHO FERREIRA	15
BENTO IOCA	10
BERILO JOSE DA SILVA	07
CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA	13
CARMEM LUCIA ALVES	15
CELMIS LENIZE MONTEIRO	07
CICERO JOSE DE SOUZA	13
CICERO JOSE DE SOUZA	13
DARIO IPOGUCAM VENCESLAU	12
DESIDERIO MACHADO	14
DEUSDETE CABRAL	12
DIANARY MENDES S MILHOMENS	30
DIDINO BATISTA RAMOS	15
DIVINA APARECIDA ANDRADE DE OLIVEIRA	06
DOMERCIO DOMINGOS MAGALAHES	13
DOMINGAS MARIA DE SOUZA OLIVEIRA	13
EDGAR SANTOS BRANDAO	05
EDI PARADA MARTINS	03
EDMEIA PEREIRA DA SILVA	20
EDUARDO GALICIANI	07
EDVAL NUNES DA SILVA	27
ELBE JOSE DIAS	26
ELPIDIO CAMPOS DA SILVA	12
ERASMO EGIDIO DOS ANJOS	01
EVA DA SILVA DE SOUZA	30
FERNANDA DAIANE PLETCH	19
FERNANDO ANTONIO MARTINEZ BONIN	22
FRANCISCO LUIS BOHNS RIBEIRO	19
FRANCISCO RIBEIRO DUARTE	17
GERALDO MOREIRA	04
GERCINO JOSE UMBERTO BARBOSA	06
GIOVANI DA SILVA SANTOS	28
IDEVALDO PASSBERG	26
ITALO MARIA BELLO	04
IVONE QUEIROZ	19
JANUARIO DIAS DE MOURA	20
JEANI BRITO DOS SANTOS	24
JERONIMO CORREIA CHAGA	09

JEZIEL ANDRÉ FERREIRA SOBRINHO	02
JOÃO BOSCO DE ALMEIDA SOUZA	02
JOAO DE CASTRO ARAUJO FILHO	19
JOAO JOSE NUNES BARROS	30
JOAO MACEDO	26
JOÃO PAULO NATARI BARBOSA	01
JOAO PEDRO DOS SANTOS	19
JOSE ANGELO FRANCO	05
JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA	03
JOSE APARECIDO DE SANTANA	16
JOSE CARLOS DE OLIVEIRA	14
JOSE ESTACIO PAIM	19
JOSIAS DE MIRANDA	23
JUCILENE CATARINA DE GODOY	04
JUSSARA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO	10
JUSTINO LEMOS SILVA	26
LEONIDAS MOREIRA DOS SANTOS	10
LUCYLENE R. ANTUNES DIAS	29
LUIZ HERNANDE SANABRIA KERSCH	26
MANOEL BENEDITO FERRAZ	11
MANOEL DA GUIA PINHO	25
MANOEL FRANCISCO BARBOSA	22
MARCELO COSTA SORTICA DE SOUZA	19
MARCINO FERREIRA DA SILVA	17
MARIA APARECIDA GUIMARES LUCAS	07
MARIA CONCEICAO FONTOURA	28
MARIA DE SOUSA OLIVEIRA	03
MARIA LOURDES VESTENA DE ARRUDA E SA	08
MARIA ROSA FERMINO NUNES	08
MARLI BISPO DOS SANTOS NUNES	17
MAURO DA SILVA TOMAS	22
MEDSON MOREIRA DA SILVA	06
MIGUEL BATISTA SILVA	08
MIGUEL HENRIQUE PARA	30
MIGUEL RODRIGUES MOREIRA	29
MONTAGAS JONAS CORREA	10
NATAN ARAUJO	02
NILO ISMAEL DO CARMO	18
NILO SOARES DE AMORIM	21
NILTA MARTINS DOS SANTOS	18
NILTON RODRIGUES DE AMORIN	09
OLAVO DE SOUZA JORGE	05
OSCAR DOS SANTOS COQUEIRO	23
OSMAR FERNANDES	08
OSVALDO FRANCISCO DO CARMO	17
OSVALDO SOARES	02
PAULA MAGNA DE CAMPOS COSTA	06
RAMOS DEOGARIS MELO	08
REGINA MARIA SCHNEIDER	29
ROBERTO CARLOS SILVA DE MESQUITA	17
ROSANA APARECIDA DE SIQUEIRA	05
RUBENS VIGO	02
SANTINO PEREIRA BATISTA	22
SEBASTIAO DE LACERDA CINTRA	29
SEBASTIAO PEREIRA CAJANGO	09
SEBASTIAO PINTO DA SILVA	03
SEBASTIAO SANTIAGO	14
SHIRLEY STUART DE FIGUEIREDO	05
SONIRLEY FERREIRA DE MIRANDA	21
VALDINEI DA SILVA PASSOS	29
VANDA DOMINGOS LEITE BARBOSA	26
VANDERLEY MANOEL OLIVEIRA	07
VERA LUCIA FERREIRA DA SILVA	08
VERONICA SILVÉRIO	04

**PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS**  
www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

Fundamento do vôlei Campeão de xadrez derrotado pelo computador Deep Blue	Escudo de Zeus (Mit.) Rutênio (símbolo)		Tipo de bebida alcoólica	É constituído pelas glândulas endócrinas
Passagem estreita Franzinos (pop.)				Dia do passado mais acessível à memória
Fato anterior considerado no tribunal	501, em romanos Choca (o carro)		Formiga, em inglês Figurante (Teat.)	
Formato da bifurcação	A vogal marcada no jogo da velha	Artur Xexéo, columnista brasileiro		Pedaços Edvard Munch, pintor
Caveira, em inglês O indivíduo que não faz exercícios físicos	Fabricante brasileira de aviões comerciais	Aliança militar liderada pelos EUA	Sinal abolido pela Reforma Ortográfica	A 17ª letra grega Ao (?): em volta
Post meridiem (abrev.)		Are (símbolo) A de legumes é utilizada para fazer a sopa de "entulho"	Querido, em inglês Pássaro canoro	Vitamina também chamada de biotina
Licor supostamente alucigeno				Rótulo informal do fetichismo
Gritos de dor			Princípio (poét.) Ex-jogador de futebol	
Entidade classista do Direito no Brasil		Estado do monte Caburá (sigla)		Prefixo de "anemia" Um, em espanhol
A parte mais larga da vela de um navio				
A pessoa que age de maneira sensata				

BANCO 2/un.3/ant.4/dear—orto.5/egide—skull—torido. 30

**Solução**

L	V	N	O	I	C	V	R		
F	R	U	D	O	V	G	H	E	N
N	V	H	R	B	R	V	O		
O	T	R	O	S	O	R	U		
W	O	I	N	I	S	R	V		
R	V	O	V	W	D				
O	I	R	V	I	N	E	S		
H	H	O	I	V					
V	W	E	H	L	L	U	S		
W	E	X	V	O	A				
E	L	E	D	E	C	E	R	F	
I	N	V	I	D					
S	O	C	I	L	I	N	D	V	
I	O	L	V	R	V	G			
S	S	B	E	S					

Os melhores passatempos todos os meses nas bancas. Aproveite!

coquetel.com.br